Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 5
2.3 - Outras informações relevantes 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições não contábeis 8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 10
3.4 - Política de destinação dos resultados 11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 14
3.7 - Nível de endividamento 15
3.8 - Obrigações 16
3.9 - Outras informações relevantes 17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 32
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 33
4.5 - Processos sigilosos relevantes 34
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 35
4.7 - Outras contingências relevantes 37

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 39

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 40

5.3 - Descrição dos controles internos 41

5.4 - Programa de Integridade 43

5.5 - Alterações significativas 44

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 45

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 46

6.3 - Breve histórico 47

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 48

6.6 - Outras informações relevantes 49

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 50

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 51

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 52

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 53

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 54

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 55

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 56

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 57

7.8 - Políticas socioambientais 58

7.9 - Outras informações relevantes 59

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 60

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 61

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 62

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 63

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 64

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 65

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 66

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 67

9.2 - Outras informações relevantes 68

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 69

10.2 - Resultado operacional e financeiro 86

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 87

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 88

10.5 - Políticas contábeis críticas 90

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 91

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 92

10.8 - Plano de Negócios 93

10.9 - Outros fatores com influência relevante 94

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 95

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 96

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 97

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 101

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 102

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 103

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 104

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês 108

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 109

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 110

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 111

12.12 - Outras informações relevantes 112

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 113

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 114

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 115

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 116

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 117

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 118

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 119

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 120

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 121

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 122

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 123

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 124

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 125

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 126

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 127

13.16 - Outras informações relevantes 128

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos 129

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 130

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 131

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 132

14.5 - Outras informações relevantes 133

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 134

15.3 - Distribuição de capital 146

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 147

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 148

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 149

15.7 - Principais operações societárias 150

15.8 - Outras informações relevantes 151

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 152

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 153

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 155

16.4 - Outras informações relevantes 156

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 157

17.2 - Aumentos do capital social 158

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 159

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 160

17.5 - Outras informações relevantes 161

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 162

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 163

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 164

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 165

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 166

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 167

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 168

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 169

18.8 - Títulos emitidos no exterior 170

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 171

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 172

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 173

18.12 - Outras infomações relevantes 174

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 175

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 176

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 177

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 178

20.2 - Outras informações relevantes 179

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 180

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 181

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 182

21.4 - Outras informações relevantes 183

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Castellanos Ybarra**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Felipe Ostermayer**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

José Castellanos Ybarra, espanhol, casado, economista, titular do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) n.º V328245-J, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ/ME) sob o n.º 057.682.497-61 na qualidade de Diretor Presidente da **Ventos do Sul Energia S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, conj. 701, Parte 4, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 06.016.348/0001-53, com seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300045544 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

José Castellanos Ybarra
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Felipe Ostermayer , brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade RG nº 8009855209, inscrito no CPF nº 405.281.110-00, com endereço profissional na Av. Carlos Gomes, nº 222, sala 701, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Ventos do Sul Energia S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, conj. 701, Parte 4, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 06.016.348/0001-53, com seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300045544 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Felipe Ostermayer
Diretor de Relações com Investidores

JUR_SP - 34019006v1 - 12151002.442618

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, considerando que não há novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	12/06/2019
Descrição do serviço contratado	(a) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (b) Auditoria das demonstrações financeiras reapresentadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 para cumprimento das exigências de companhia na CVM; (c) Revisão limitada das informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019; (d) Diagnóstico contábil referente aos requerimentos de divulgação das demonstrações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes relativos aos serviços prestados relacionados à auditoria acima descritos referentes ao último exercício social ano de 2018 foram de R$ 215.340,00
Justificativa da substituição	Não ocorreu substituição do auditor
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Otávio Ramos Pereira	12/06/2019	736.380.800-72	Rua Pasteur, 463, Batel, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-080, Telefone (041) 33121400, e-mail: opereira@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia apresentou, nos últimos três exercícios sociais e no período de 3 meses findo em 31/03/219, as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais)	31/03/2019	31/03/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA	17,2	17,1	98,7	107,9	101,5
Margem EBITDA	63,5%	63,8%	70,4%	72,5%	73,4%

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e está divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidores de performance conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse padrão. Nesse sentido, caso o padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	31/03/2019	31/03/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Líquido do Exercício	8,7	5,9	42,8	47,8	59,6
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	4,5	3,0	23,3	23,4	30,4
(+) Resultado financeiro, líquido	(0,8)	3,4	13,2	17,3	(7,8)
(+) Depreciação e amortização	4,8	4,8	19,4	19,4	19,3
EBITDA	**17,2**	**17,1**	**98,7**	**107,9**	**101,5**
Receita operacional líquida	27,1	26,8	140,1	148,9	138,2
Margem EBITDA	63,5%	63,8%	70,4%	72,5%	73,4%

3.2 - Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira da sua geração de caixa operacional, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2018	2017	2016
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia previu, nos três últimos exercícios sociais, que 5% do lucro líquido do exercício social será destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá o limite estipulado pelo parágrafo 1º do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações).		
a.i) Valores de retenção de lucros	A Companhia reteve R$2.361.931,51 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R$2.390.790,23 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e R$2.830.738,26 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016		
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia reteve 5% dos lucros, correspondentes à reserva legal.		
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia previu, nos três últimos exercícios sociais, que pelo menos 50% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.		
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos nos três últimos exercícios sociais seguiu a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativa	Nos três últimos exercícios sociais a Companhia observou restrições na distribuição de dividendos previstas no Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos e do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito que regulamentam o financiamento concedido pelo BNDES à Companhia, que condicionava a distribuição de dividendos ao cumprimento (i) do nível de cobertura de dívida de 1,3; (ii) de parâmetros de geração de energia elétrica de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do volume originalmente contratado com a ELÉTROBRÁS, de 2016 em diante; e (iii) amortização de parcela anual da dívida subordinada junto ao Banco Cofides, referente a financiamento contratado em moeda estrangeira. Não obstante, a Companhia esclarece que já quitou o financiamento contraído objeto do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos firmado com BNDES e não está mais obrigada a observar as		

3.4 - Política de destinação dos resultados

s ou arbitrais	restrições descritas acima.
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía, nos últimos três anos, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	255.773.517,16	Índice de Endividamento	1,48749100	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		31.324.431,62	44.641.959,89	0,00	0,00	75.966.391,51
Total			31.324.431,62	44.641.959,89	0,00	0,00	75.966.391,51

Observação

Financiamento: As informações referem-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES e o COFIDES.

3.9 - Outras informações relevantes

Em 17/05/2019 a Companhia recebeu a autorização para antecipar a liquidação do financiamento junto ao BNDES e Consórcio de Bancos Repassadores. A antecipação do financiamento junto ao BNDES ocorreu no dia 28/05/2019 no valor de R$ 1,72 milhões, e a liquidação para o Consórcio de Bancos Repassadores ocorreu no dia 31/05/2019 no valor de R$ 5,9 milhões. A antecipação do pagamento da parcela em aberto do financiamento resultou na perda da vigência do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos e do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito firmados com BNDES, bem como das restrições impostas à distribuição de dividendos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2016, 31/12/2017 e 31/12/2018, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R$12.030 mil, R$186 mil e R$7.795 mil, respectivamente. Não obstante, os dividendos mencionados foram retidos e posteriormente distribuídos nos respectivos exercícios sociais subsequentes, tendo em vista que o efetivo pagamento de dividendos aos acionistas estava condicionada à autorização concedida pelo BNDES, que, por força do contratos acima mencionados, era sujeita (i) ao cumprimento pela Companhia do nível de cobertura de dívida de 1,3; (ii) ao cumprimento pela Companhia de parâmetros de geração de energia elétrica de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do volume originalmente contratado com a ELETROBRÁS, de 2016 em diante; e (iii) à amortização de parcela anual da dívida subordinada junto ao Banco Cofides, referente a financiamento contratado em moeda estrangeira.

Em relação ao exposto no parágrafo acima, a Companhia esclarece que (i) nenhum de seus acionistas se opôs à retenção de dividendos mencionada; (ii) tal procedimento era autorizado pelo art. 27 do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2015; e (iii) à época das referidas retenções, a Companhia era uma companhia fechada.

Ressalta-se que, considerando a liquidação antecipada do financiamento contraído junto ao BNDES e dos Bancos Repassadores, a Companhia não está sujeita às restrições de pagamentos de dividendos referidas acima. Adicionalmente, a Companhia, na qualidade de companhia registrada na Categoria B, observará as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis quanto à distribuição de dividendos aos seus acionistas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de sua estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar sua receita e rentabilidade.

O desempenho financeiro da Companhia depende do sucesso na implementação de diversos elementos estratégicos que estão sujeitos a vários fatores, tais como (i) o crescimento do setor de energia eólica no Brasil, , (ii) aumento da rentabilidade de suas operações, , (iii) entrega e venda da energia oriunda de seus ativos a preços e condições contratados, e (iv) manutenção das licenças e as autorizações relativas às Centrais de Geração Eólica ("CGEs"), incluindo suas autorizações junto à ANEEL e licenças ambientais junto aos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, o que pode não ocorrer. A revogação ou não renovação dessas licenças ou autorizações pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais e financeiras da Companhia.

O setor de energia eólica é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas. Além disso, os resultados operacionais e financeiros da Companhia estão sujeitos as incertezas, contingências e riscos significativos. As CGEs em operação também podem ser afetadas em decorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto e de indisponibilidade de aerogeradores.

Assim, caso a Companhia não seja bem sucedida na execução de sua estratégia de negócios, os planos para aumentar sua receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa e relevante.

O nível de endividamento da Companhia, bem como os termos dos respectivos contratos financeiros, poderão afetar a Companhia adversamente

A Companhia é parte em contratos financeiros que determinam o cumprimento de obrigações, tais como a manutenção de índice mínimo de cobertura anual do serviço da dívida igual ou superior a 1,3

Qualquer descumprimento aos termos desses contratos pela Companhia poderá resultar na decisão de os credores declararem vencido antecipadamente o Contrato de Financiamento, com a exigibilidade da dívida, após decorridos 30 dias, contados da data em que a Companhia receba notificação do financiador, para que a falha seja sanada, revertida ou corrigida. ..Caso as garantias sejam executadas, em virtude do vencimento antecipado de dívidas ou da insuficiência de recursos para seu integral pagamento no vencimento, os resultados e a condição financeira da Companhia podem sofrer um efeito adverso relevante. Para mais informações acerca dos contratos financeiros firmados pela Companhia e sociedades sob controle comum, vide item 10 deste Formulário de Referência.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não está segurada contra todos os riscos, em todas as circunstâncias, aos quais a Companhia e seus ativos estão sujeitos. A Companhia mantém seguro apenas para riscos operacionais e responsabilidade civil geral. Entretanto, nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco através de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A Companhia é parte em diversos processos nas esferas judicial, administrativa e arbitral, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não era parte em processos que poderiam causar impactos adversos relevantes às atividades da Companhia, de modo que a Companhia não constituiu provisões para perdas judiciais. Não há como garantir que a Companhia não será parte em novos processos nos quais podem vir ser proferidas eventuais decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Companhia ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Adicionalmente, é possível que a Companhia não tenha recursos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias não gerará a formalização de penhora livre de seus bens, inclusive de seus ativos financeiros, penhora do seu faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de suas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seu negócio.

Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais envolvendo a Companhia e suas controladas, veja os itens 4.3 a 4.6 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia não é proprietária dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não é proprietárias de todos imóveis nos quais são instalados seus empreendimentos, sendo locatárias ou arrendatárias em diversos de seus empreendimentos. Assim, existe um risco de que a posse de qualquer dos imóveis locados pela Companhia seja interrompida, mediante, por exemplo, rescisão, em hipóteses específicas de inadimplemento contratual pela Companhia, dos contratos de locação celebrados, fato que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e negócios.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas

A Companhia possui instrumentos celebrados entre partes relacionadas, a exemplo de serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados. A Companhia entende que tais circunstâncias podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda., Elecnor do Brasil Ltda. e Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo relevante para os negócios da Companhia e demais sociedades integrantes de seu grupo econômico, podendo causar, por sua vez, impacto adverso relevante a seus acionistas. Para mais informações sobre contratos celebrados entre partes relacionadas, vide itens 16.2 e 16.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia a que se obrigou contratualmente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia

A Companhia se obrigou por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. A diferença entre a energia gerada e a energia entregue pode ser atrelada a ocorrência de ventos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto e indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho contratados. Caso essas situações ocorram, a Companhia poderá ter uma redução de sua receita estimada, o que poderá afetar adversamente seu fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, ou por meio do mercado de curto prazo para atender suas obrigações, o que pode comprometer sua rentabilidade financeira e a qualidade de seus serviços frente aos consumidores.

A Companhia possui responsabilidade objetiva por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de geração e transmissão de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de geração e transmissão, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS"), são compartilhados entre companhias de geração, transmissão e distribuição até que um responsável final seja definido. Dessa forma, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia podem ser afetados adversamente caso a Companhia seja considerada responsável por quaisquer desses danos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Não há riscos relevantes envolvendo o controlador da Companhia.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A Companhia não possui controladas e coligadas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como combustíveis, peças ou mão de obra. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia e a Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

A Companhia depende de prestadores de serviços terceirizados para atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante

A Companhia depende de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) de suas centrais geradoras de energia elétrica celebrados com terceiros. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar tais serviços contratados com a qualidade prevista nos respectivos contratos poderá: (i) provocar inadimplemento de suas obrigações regulatórias; (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras; e (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das suas centrais geradoras, consequentemente, sujeitando suas controladas e coligadas a uma menor receita de vendas e, potencialmente, ocasionando as penalidades (inclusive o pagamento de multas) previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Ademais, a rescisão desses contratos de serviço de O&M, ou a incapacidade da Companhia de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço qualificados, tempestivamente e com preços adequados, poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.]

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados, e contrata serviços terceirizados para a operação e manutenção dos seus empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam

4.1 - Descrição dos fatores de risco

entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais

A operação e manutenção dos empreendimentos da Companhia, e o fornecimento dos principais equipamentos é feito por fornecedores de renome nacional e internacional, mas não há risco de taxas de câmbio, pois todos os materiais e serviços adquiridos são nacionalizados pelos fornecedores, se eventualmente necessário. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente a outorgas das centrais de geração de energia elétrica, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso os prestadores de serviço contratados pela Companhia causem dano ambiental, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera civil, solidariamente, por sua reparação

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que independe da culpa e alcança todos aqueles que direta e indiretamente estão relacionados com o dano. Diante disso, a Companhia pode ser responsabilizada, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um dos terceirizados por ela contratados, no exercício de atividades relacionadas aos seus empreendimentos e atividades como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final dos resíduos gerados. Caso a Companhia seja considerada responsável por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, as operações e os resultados da Companhia poderão ser relevante e negativamente impactados.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia possui uma concentração de principais clientes.

O mercado de energia eólica é responsável por 100% da sua receita. Este mercado tem a participação de grandes empresas, sendo a Eletrobrás a única cliente da Companhia, a qual foi responsável por 100% da receita líquida da Companhia em 2018. Não há garantias de que a Companhia obterá junto a seus principais clientes receita equivalente no futuro. Qualquer alteração na demanda de seus serviços de geração, transporte, transformação e distribuição de energia, por seus principais clientes, pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, as receitas da Companhia são predominantemente provenientes de contratos de venda de energia eólica celebrados entre a Companhia e sua cliente. Não é possível garantir que esses contratos permanecerão vigentes por todo o prazo inicialmente neles determinados ou que, uma vez vencidos, serão renovados, o que pode afetar os resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

A Companhia poderá não ser capaz de comercializar toda sua energia aos preços planejados

As autorizações que a Companhia detém para projetos já outorgados pela CGE's e ANEEL não lhe conferem qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor favorável para a energia elétrica produzida. A atividade de venda de energia depende dos contratos de venda de energia celebrados com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"). Caso a Eletrobrás deixe adquirir a energia comercializada pela Companhia, sua atividade será negativamente impactada.

Ademais, a aquisição de energia pela Eletrobrás, bem como o preço da energia elétrica, está diretamente atrelado à variação de oferta e demanda usuais do mercado de energia. A produção de energia elétrica depende da demanda de consumidores nos próximos anos, sendo que tal aumento poderá não ocorrer ou poderá ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia. Além disso, caso haja um eventual aumento de demanda, em patamar igual ou superior ao estimado pela Companhia, tal demanda poderá ser atendida por concorrentes e/ou por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica e grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Consequentemente, as vendas de energia elétrica nos valores planejados estão sujeitas à existência de demanda correspondente.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo governo federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia e a condução de suas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais eólicos;

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso; e

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulado ("ACR"), dentre outras alterações de natureza regulatória.

A incapacidade de cumprir com as disposições de leis e regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências até o pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Além disso, quaisquer alterações relevantes à regulação existente podem gerar custos significativos de controles internos e de outra

4.1 - Descrição dos fatores de risco

natureza para cumprir com as novas regras, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O Ministério de Minas e Energia possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às autorizações de uso de potenciais eólicos. Assim, é possível que a Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos em seus custos.

As autorizações para exploração de parques eólicos são outorgadas a título precário pela União Federal em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais eólicos por prazos iniciais determinados de até 35 (trinta e cinco) anos, bem como estabelecem direitos e obrigações, a exemplo do dever de este observar os prazos para obtenção das licenças ambientais e operação de usinas.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação de se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Essas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade da ANEEL para alterar unilateralmente certas condições das autorizações concedidas, incluindo custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, despesas relacionadas a temas ambientais, inclusive o valor das tarifas que poderão ser cobrados pela Companhia. Os custos da Companhia poderão aumentar como resultado de alteração unilateral dos termos de autorização, afetando-a adversamente de forma relevante.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental.

A Companhia incorre em custos substanciais para cumprir regulamentações ambientais e ela pode se expor a responsabilidades caso não cumpra tais regulamentações ou em decorrência de movimentação de materiais perigosos pela Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais.

As atividades do setor de energia renovável podem causar impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

terceiros afetados poderá impedir a Companhia ou levá-la a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas, porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais. Existe também a obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios.

(k) Riscos Macroeconômicos

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo, e também por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto;
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Riscos relacionados à variação cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao Dólar/Euro e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempo, houve flutuações significativas da taxa entre o Real e o Dólar/Euro e outras moedas.

Em 2008 a Companhia contratou junto a Companhia Espanhola de Financiación del Desarrollo – COFIDES, um financiamento captado em euros no valor de € 25.000 mil (vinte e cinco milhões de euros), com amortização em 9 parcelas anuais e sucessivas, a partir de 2014. A última amortização está prevista para ocorrer em 2022 e em 31/03/2019 o saldo atual da dívida era € 13.882 mil, equivalentes a R$ 60.749 mil.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2010, a SELIC variou entre 8,65% e 19,77% ao ano. No ano de 2011, a SELIC variou entre 10,66% a 12,42% ao ano, em 2012 de 7,11% a 10, 90% ao ano, em 2013 de 7,11% a 9,90% ao ano, em 2014 de 9,90% a 11,65% ao ano e em 2015 de 11,65% a 14,15% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e seus clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

Eventos e percepção de risco em outros países podem ter impacto negativo na economia brasileira e no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores do Brasil, bem como a instabilidade cambial e as oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar podem prejudicar a economia brasileira.

O valor de mercado de títulos de emitentes brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, assim como em outros países da América Latina e do mercado emergente. Apesar de as condições econômicas na Europa e Estados Unidos serem diferentes significativamente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado de títulos de emissores brasileiros.

Na medida em que as condições de mercados globais ou da economia se deteriorarem, as sociedades brasileiras podem ter seus negócios adversamente afetados. A fraqueza na economia global foi marcada por, entre outros fatores adversos, níveis mais baixos de consumo e confiança corporativa, diminuição de investimento e de gastos pelos consumidores, aumento do desemprego, diminuição da receita e de valores de ativos em muitas áreas, redução da taxa de crescimento da China, volatilidade da moeda e disponibilidade de crédito e acesso ao capital limitados. Os desenvolvimentos ou as condições econômicas em outros países de mercado emergente afetaram significativamente, em determinados momentos, a disponibilidade de crédito para sociedades brasileiras e resultaram em retiradas de fundos consideráveis do Brasil, diminuindo, assim, o valor de investimentos estrangeiros no Brasil.

A Companhia não tem qualquer controle ou consegue prever os efeitos e consequências desses fatos. Ademais, tais eventos, assim como outras crises e formas de instabilidade política, podem afetar adversamente e de forma relevante os negócios e condições financeiras da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, tais como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A Companhia possui transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. A Companhia não mantém no momento estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no final do exercício são apresentados a seguir:

	Valores expressos em R$ mil		
	2018	2017	2016
Financiamentos (exposição ao Euro)	61.007	68.183	70.894

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n.º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Valores expressos em R$ mil

Risco	Intrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
	Ativo Financeiro			
	Aplicações Financeiras:	72.067	72.067	72.067
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	4,88%	3,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(1.171)	(2.342)
Baixa do CDI		-	(1.171)	(2.342)
	Passivo Financeiro			
	Empréstimos e Financiamentos - BNDES	26.552	26.552	26.552
	Taxa anual estimada de TJLP para 2019	7,03%	8,79%	10,55%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(467)	(933)
Alta TJLP				
Alta Euro +	Empréstimos e Financiamentos - COFIDES	61.007	61.007	61.007
	Taxa estimada de euro para 2019	4,44	5,55	6,66
Alta Euribor	Perda Variação cambial + Euribor	-	(15.252)	(30.504)

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

Valores expressos em R$ mil

	Até 6 meses	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Total 2018**
Passivos					
Fornecedores	977	-	-	-	**977**
Contas a pagar - Eletrobras	18.656	18.656	-	-	**37.311**
Financiamentos	24.340	21.255	18.184	30.808	**94.587**
Partes Relacionadas e dividendos	2.419	25.340	25.340	74.271	**127.369**
Outras obrigações	668	-	-	-	**668**
	47.060	**65.250**	**43.524**	**105.079**	**260.912**

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de clientes ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Valores expressos em R$ mil

Exposição ao risco de crédito	**2018**	**2017**	**2016**
Caixa e equivalentes de Caixa (a)	32.375	31.470	32.315
Aplicações financeiras (a)	44.354	34.590	18.631
Contas a receber de clientes (b)	23.921	22.849	15.369
	100.650	**88.909**	**66.315**

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados com a Eletrobras estabelecem um prazo de 20 anos e encerram-se em 2026.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota.

Para os fins deste item 4.3, a Companhia entende que não existem processos considerados relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia, não provisiona valores para os processos descritos no item 4.3. considerando a probabilidade de perda dos mesmos.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável na medida em que não foram descritos processos no item 4.6 já que, na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em correspondência recebida dos auditores independentes da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram identificadas deficiências significativas no controle interno relacionadas ao processo de revisão da receita reconhecida decorrente da geração de energia e do ajuste que foi registrado pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras.

Os auditores externos recomendaram que a Companhia implemente procedimentos de revisão com segregação de funções, dos dados utilizados para o reconhecimento de receita, de forma que seja evidenciado que as informações utilizadas para apurar o total da receita foram revisadas e correspondem as informações previstas nos contratos e nos relatórios de geração de energia extraídos do PROINFA.

Foram identificadas também deficiências significativas no controle interno relacionadas ao processo de apuração e revisão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, onde não foram capturadas as informações acuradas quanto as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável que decorrem substancialmente das variações cambiais sobre o saldo de financiamento que a Companhia possui em moeda estrangeria. O ajuste foi posteriormente registrado pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e seu impacto foi motivo de reapresentação.

Como recomendação de melhoria, os auditores independentes recomendaram que a Companhia adote procedimentos de revisão formal dos cálculos para fins de reconhecimento de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Os auditores independentes identificaram que a Companhia possui contratos de arrendamentos dos terrenos onde estão localizados os parques eólicos. Tais contratos possuem cláusulas contratuais determinando que os custos de desmontagem e remoção dos ativos são de responsabilidade da Companhia. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, estes custos devem ser capitalizados no ativo imobilizado, bem como deve ser constituída provisão para desmontagem no passivo da Companhia. A Companhia preparou análises quanto aos impactos da provisão, porém não reconheceu os efeitos em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O montante total estimado pela Companhia na data base citadas e que não está reconhecido é de R$ 3.361 mil no ativo e R$ 3.595 mil no passivo.

5.3 - Descrição dos controles internos

Os auditores independentes recomendaram que a Companhia reconheça em suas demonstrações financeiras os impactos decorrentes da análise de provisão dos custos de desmontagem e remoção dos ativos decorrentes das obrigações previstas em contrato.

Os auditores independentes também indicaram que embora a Companhia possua rotina de efetuar a conciliação mensal de suas contas contábeis e restrinja acesso aos seus funcionários para registro de lançamentos manuais, constataram que estes lançamentos não são submetidos a revisão formal, bem como o sistema contábil não está parametrizado com alçadas de aprovação e travas para seus registros.

Os auditores independentes recomendaram que a Companhia adote o procedimento de revisão onde seja evidenciado que os lançamentos manuais foram efetivamente revisados por pessoa independente. Adicionalmente, sugerem que a aprovação formal seja realizada no sistema, havendo alçadas para que os lançamentos manuais sejam aprovados sistematicamente.

Os auditores independentes destacaram deficiência de controle interno relacionado com a classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa, pois não evidenciaram análise dos montantes em caixa que não são destinados a quitar compromissos de curto prazo.

Os auditores independentes recomendaram que a Companhia estabeleça atividades de controle interno relacionadas a análise da apropriada classificação contábil de suas aplicações financeiras como "equivalentes de caixa", atendendo os critérios definidos no CPC 03/IAS 7.

Os auditores independentes analisaram o ambiente de tecnologia da informação da Companhia e identificaram as seguintes deficiências de controle: a) não há uma matriz de conflitos de segregação de função para ser utilizada no momento de uma nova concessão de acesso no sistema. Também não foi identificado política e procedimentos formais relativos a periodicidade de revisão de acessos; b) inexistência de política que define os processos de gestão de mudanças. Não há critérios formais definidos quanto a aprovação das mudanças de sistemas solicitadas para área de TI, além disso, após desenvolvimento de mudanças e antes que sejam transportadas para o ambiente de produção, não são retidas documentações relacionadas aos testes realizados pelos usuários solicitantes, tampouco a devida aprovação dos mesmos para todos os casos. Ademais, os colaboradores que desenvolvem as mudanças são os mesmos que as transportam para o ambiente de produção, não havendo segregação de funções nesse processo.

Os auditores independentes recomendaram que a Companhia revise e aprimore os controles internos em relação as deficiências relacionadas ao ambiente informatizado, incluindo formalização de uma matriz de segregação de função e procedimentos de revisão de acesso.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Diante das deficiências significativas de controles internos apontadas, a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras ajustadas e adotará as recomendações indicadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

Com relação aos itens classificados como 'deficiência de controle interno', a Companhia está no processo de análise da adoção das recomendações indicadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não dispõe de código de ética formalmente aprovado, pautando suas atividades em conformidade com o Código de Ética do Grupo Elecnor. O Código de Ética determina os comportamentos esperados dos empregados do grupo nas questões de natureza ética, relacionados com os compromissos da administração ou com as normas aplicáveis. O Grupo Elecnor aplica o princípio de tolerância zero perante as más práticas em matéria de ética e integridade. O Código de Ética determina a plena sujeição à legalidade, sem exceções.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Código de Ética não prevê procedimentos ou mecanismos específicos para a adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, sendo orientado apenas por princípios éticos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Não aplicável na medida em que o Código de Ética não prevê procedimentos ou mecanismos específicos para a adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, sendo orientado apenas por princípios éticos

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de ética não foi formalmente aprovado pela Companhia, sendo adotado por ela em função de fazer parte do Grupo Elecnor.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia não dispõe de canal de denúncia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não se envolveu em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias e, portanto, não adota procedimentos que visem a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	30/09/2003
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/09/2019

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

A energia elétrica proveniente de fonte eólica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação.

O Grupo Elecnor detém o controle acionário da Companhia com 80% do seu capital social total e votante (112.771.20 ações), por meio da companhia Rio Sul 1 Energia Ltda., que por sua vez é controlada por Enerfín Enervento Exterior, S.L.U., controlada pela Enerfin Sociedad de Energia S.L.U., que por sua vez é controlada pela Elecnor S.A. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da (14.096.400 ações) e pela CEE-GT que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de parques eólicos, infraestruturas de telecomunicações, tecnologia da informação e no transporte e distribuição de gás natural.

Por fim, cabe ressaltar que a Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico, e os únicos projetos que é detentora são os parques eólicos já informados.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia desenvolve a atividade de geração de energia elétrica limpa e renovável de fonte eólica. A Companhia atua através de três empreendimentos eólicos de sua titularidade, quais sejam (i) EOL Osório, (ii) EOL Sangradouro e (iii) EOL dos Índios (em conjunto, "Parques Eólicos"). Cada um dos Parques Eólicos dispõe de capacidade instalada de 50 MW.

Os parques eólicos compõem o Complexo Eólico de Osório, implantados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul e se encontram em operação desde o ano 2006.

A viabilização dos Parques Eólicos pela Companhia ocorreu no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa) criado pela Lei nº 10.438/2002, conforme alterada. O Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). O intuito do Proinfa é a promoção da diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais. As atividades desenvolvidas pela Companhia, portanto, se enquadravam, e continuam a se enquadrar, dentre os objetivos estabelecidos pelo Proinfa.

A Companhia investe exclusivamente na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar a redução dos riscos e despesas relacionados à prospecção de projetos pré-operacionais garantindo sua previsibilidade.

A energia produzida nos Parques Eólicos é vendida de acordo com Contrato de Compra e Venda de Energia firmado com a Eletrobras, e entregue na subestação Osório 3. A Companhia firmou contrato com o ONS, a fim de obter o uso da Rede Básica, utilizando a prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro possui grande espaço para consolidação e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do que acredita ser seu robusto desempenho em operações e dos investimentos realizados no setor na região.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração, transmissão e distribuição da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A Companhia não possui participação em outras sociedades que sejam suas controladas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.8 - Políticas socioambientais

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não celebrou nenhum contrato relevante com suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro do 2016 e 31 de dezembro do 2018 assim como as informações contábeis correspondentes ao primeiro trimestre de 2019 comparado com 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para (i) o período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018; (ii) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; (iii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iv) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, 222 - Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfín do Brasil - Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003. A Companhia tem por objeto principal a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente como produtor independente de energia sem constituir-se em concessionária de serviço público. A Companhia apresenta uma situação financeira equilibrada baseado em um lucro líquido que nos três últimos exercícios e no exercício social corrente atingiu um valor de R$ 42.841 mil em 31 de dezembro de 2018, R$ 47.816 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$ 59.595 mil em 31 de dezembro de 2016. Possuía saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R$ 76.729 mil em 31 de dezembro de 2018, R$ 66.060 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$ 50.946 mil em 31 de dezembro de 2016. O índice de endividamento era de 0,06 em 31 de dezembro de 2018, 0,43 em 31 de dezembro de 2017 e 0,77 em 31 de dezembro de 2016. As receitas líquidas dos três últimos exercícios sociais e do exercício social corrente apresentaram o valor de R$ 140.087 mil em 31 de dezembro de 2018, R$ 148.921 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$ 138.170 mil em 31 de dezembro de 2016. O EBITDA apurado foi R$ 98,7 milhões para 2018, R$ 107,9 milhões para 2017 e R$ 101,5 milhões para 2016, enquanto que a Margem EBITDA foi 70,4%, 72,5% e 73,4% respectivamente.

b. Estrutura de Capital:

A Companhia administra seu capital para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (calculado como a soma dos financiamentos deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados). O valor da dívida líquida tem diminuído nos três últimos exercícios sociais, considerando-se que em 31 de dezembro de 2018 o valor da dívida líquida era de R$ 10.830 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o valor da dívida líquida era de R$ 73.734 mil e em 31 de dezembro de 2016 o valor da dívida líquida era de R$ 135.538 mil.
O patrimônio líquido da Companhia também tem diminuído considerando que em 31 de dezembro de 2018 o saldo de patrimônio líquido da Companhia era de R$ 171.950 mil, em 31 de dezembro de 2017 era R$ 172.171 mil e em 2106 era de R$ 175.375 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O nível de alavancagem da Companhia apresentou foi de 6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 43% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 77% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A estrutura de capital foi de 40% de capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 40% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 41% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Considerado o Passivo Total da Companhia (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante), verifica-se que o endividamento da Companhia é, em sua maioria, de Longo Prazo, conforme tabela abaixo:

Valores expressos em R$ mil

Exercício	**2018**	**%**	**2017**	**%**	**2016**	**%**
Passivo Circulante	85.539	33%	90.293	35%	87.013	34%
Passivo Não Circulante	170.235	67%	170.360	65%	168.142	66%
Total	**255.774**	**100%**	**260.653**	**100%**	**255.155**	**100%**

Analisando a imobilização do Patrimônio Líquido, indicador que mostra quanto o Ativo permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível) está sendo financiado pelo Patrimônio Líquido, verifica-se que os índices foram de 184%, 194% e 201% nos exercícios de 2018, 2017 e 2016, respectivamente:

Valores expressos em R$ mil

Exercício	**2018**	**2017**	**2016**
Ativo Permanente	316.626	334.462	351.886
Patrimônio Líquido	171.950	172.171	175.375
	184%	**194%**	**201%**

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O saldo de endividamento da Companhia era de R$ 87.559 mil em 31 dezembro de 2018, R$ 139.794 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$ 186.484 mil em 31 de dezembro de 2016.

A aplicação de caixa líquido pelas atividades operacionais era de R$ 64.714 mil em 31 de dezembro de 2018, R$ 57.367 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$ 54.481 mil em 31 de dezembro de 2016.

Os investimentos da Companhia são financiados por meio de dívidas de longo prazo contraídas junto a instituições financeiras.

A Companhia desenvolve projeções econômico-financeiras, abrangendo períodos mensais para os anos seguintes à sua elaboração. As projeções econômico-financeiras são avaliadas pela administração da Companhia que, anualmente, as leva em consideração na aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle de fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

De acordo com os dados da Companhia, os Diretores entendem que a situação atual da Companhia está em conformidade com outras companhias atuantes no ramo de energia, respeitando a capacidade de pagamento de suas dívidas, uma vez que é possível identificar a redução constante da dívida no período analisado.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme demonstrado nos itens "a" e "b" deste item 10.1, a Companhia não apresentava, em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, quaisquer deficiências de liquidez. A principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional.

Atualmente a Companhia não apresenta necessidades de para aquisição de novos ativos não-circulantes e o capital de giro não é significativo em comparação com a capacidade de geração de caixa líquido das atividades operacionais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Tendo em vista a situação financeira e estrutura de capital da Companhia, os diretores da Companhia não antecipam que a Companhia possa ter qualquer deficiência de liquidez na medida em que o nível de endividamento da Companhia vem se mantendo em um patamar condizente com o fluxo de caixa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Milhares de R$, exceto os índices	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Dívida	75.966	87.559	139.794	186.484
Caixa, Equivalentes, aplicações financeiras e aplicações vinculadas	88.050	76.729	66.060	50.946
Dívida líquida	**(12.084)**	**10.830**	**73.734**	**135.538**
Patrimônio líquido	180.609	171.950	172.171	75.375
Índice de endividamento líquido (a)		**0,06**	**0,43**	**0,77**

a) O índice de endividamento líquido é calculado dividindo-se a Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamento	Encargos	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
BNDES	TJLP + 3,50%	2019	26.552	71.611	115.590
COFIDES	Euro + 4,5%	2022	61.007	68.183	70.894

* Em milhares de R$

Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes
Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES e outros agentes financeiros para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 4 de outubro de 2005, conforme demonstrações financeiras da Companhia, considerando os encargos incorridos até o encerramento de cada exercício, distribuídos em circulante e não circulante conforme ao prazo de vencimento dos mesmos.

Em 15 de maio de 2008 foi captado junto a Companhia Espanhola de Financiación del Desarrollo (COFIDES) a importância relativa ao empréstimo de dívida subordinada de 25.000 M€.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui até a presente data relações de longo prazo com outras instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A dívida associada aos valores liberados pelo BNDES e outros agentes financeiros comentados no item i. tem caráter sênior e a dívida captada junto ao COFIDES tem caráter subordinado.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES a Companhia somente poderá distribuir recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, se for comprovado o adimplemento das obrigações assumidas perante o BNDES e os agentes financeiros e, principalmente, se for comprovado o atendimento de forma cumulativa dos seguintes itens:

a) Índice de cobertura anual do serviço da dívida (ICSD) igual o superior a 1,3.
b) Nível de produção de energia elétrica igual ou superior a 318.717MW/h, equivalente a 75% do volume anual originalmente contratado.
c) Somente efetuar pagamento do Contrato de Gestão da Exploração com a Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda, se for comprovado o atendimento da obrigação constante no item a). Em caso contrário, a Companhia somente poderá pagar os valores devidos nos próximos doze meses, referentes ao contrato em epígrafe, deduzidos da diferença entre a geração de caixa da atividade do anterior somada ao saldo de caixa inicial daquele ano e 1,3 vezes o serviço da dívida;
d) Não realizar pagamentos de juros e/ou amortização de quaisquer dívidas subordinadas eventualmente contraídas pela Companhia, salvo se for comprovado o atendimento da obrigação constante no item a);
e) Saldo mínimo das contas de reserva em valor correspondente a 3 parcelas dos valores devidos ao BNDES.

Em 31/03/2019 a Companhia cumpria todas as cláusulas restritivas mencionadas.

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O valor total de financiamento contrato junto ao BNDES foi de R$ 465 milhões, o qual foi integralmente utilizado. Também foi contrato junto ao COFIDES € 25 milhões, que igualmente foi totalmente utilizado.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de R$, exceto se %)	Em 31 de dezembro de				
	2018	AV	2017	AV	AH
Receita Operacional Líquida	140.087	100,0%	148.921	100,0%	(5,9%)
Custos dos serviços prestados	(60.822)	(43,4%)	(60.392)	(40,6%)	0,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

LUCRO BRUTO	79.265	56,6%	88.529	59,4%	(10,5%)
Despesas/ Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(4.507)	(3,2%)	(4.264)	(2,9%)	5,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.555	3,3%	4.201	2,8%	8,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	79.313	56,6%	88.466	59,4%	(10,3%)
Receitas Financeiras	4.990	3,6%	6.195	4,2%	(19,5%)
Despesas Financeiras	(8.343)	(6,0%)	(13.242)	(8,9%)	(37,0%)
Variação cambial líquida	(9.852)	(7,0%)	(10.237)	(6,9%)	(3,8%)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	66.108	47,2%	71.182	47,8%	(7,1%)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(24.011)	(17,1%)	(27.254)	(18,3%)	(11,9%)
Diferido	744	0,5%	3.888	2,6%	(80,9%)
Lucro Líquido do Período	42.841	30,6%	47.816	32,1%	(10,4%)

Receita operacional líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida da Companhia diminuiu 5,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução está relacionada diretamente à disponibilidade do recurso eólico, de natureza sazonal e variável, que foi menos disponível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social anterior, levando a uma menor produção e, consequentemente, menor receita líquida no período.

Custos dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o custo dos serviços prestados pela Companhia cresceu 0,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Este crescimento decorreu da atualização do valor dos contratos, com base na inflação. Ademais alguns dos serviços prestados, assim como os custos a eles atrelados, estão vinculados à quantidade de energia produzida. Dessa forma, a variação dos custos de serviços é, em parte, resultante da menor produção de energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia diminuiu 10,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução reflete a redução da receita líquida e aumento do custo dos serviços prestados.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 5,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento decorreu, em parte, de gastos variáveis que foram maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tais como despesas com vigilância, manutenção e reparo de instalações e prêmio de seguros. O aumento decorre, também, da atualização do valor de contratos com base na inflação.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia diminuiu 10,3% em relação ao exercício social em 31 de dezembro de 2017. Esta redução reflete a diminuição da receita líquida e o aumento do custo de serviços prestados e despesas gerais administrativas.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as receitas financeiras da Companhia diminuíram 19,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu da diminuição da rentabilidade dos fundos, onde os recursos estão aplicados em fundos de aplicações financeiras.

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras da Companhia diminuíram 37,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu da diminuição do saldo dos financiamentos junto ao BNDES e COFIDES, por conta das amortizações realizadas no valor de R$ 69.623 mil.

Variação cambial líquida

No período findo em 31 de dezembro de 2018, a variação cambial líquida da Companhia diminuiu 3,8% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução está diretamente relacionada à variação cambial à qual está exposto o financiamento contratado em euros, junto ao COFIDES.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia diminuiu 7,1% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu, principalmente, da diminuição da receita líquida entre os períodos analisados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia diminuiu 11,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu de diminuição na base fiscal para cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

Imposto de renda e contribuição social diferido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia diminuiu 80,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu do efeito da variação cambial apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia diminuiu 10,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu principalmente da diminuição da receita e diminuição de receitas financeiras entre os períodos analisados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de R$, exceto se %)	Em 31 de dezembro de				
	2017	**AV**	**2016**	**AV**	**AH**
Receita Operacional Líquida	148.921	100,0%	138.170	100,0%	7,8%
Custos dos serviços prestados	(60.392)	(40,6%)	(56.009)	(40,5%)	7,8%
LUCRO BRUTO	88.529	59,4%	82.161	59,5%	7,8%
Despesas/ Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(4.264)	(2,9%)	(4.119)	(3,0%)	3,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.201	2,8%	4.148	3,0%	1,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	88.466	59,4%	82.190	59,5%	7,6%
Receitas Financeiras	6.195	4,2%	8.756	6,3%	(29,2%)
Despesas Financeiras	(13.242)	(8,9%)	(19.993)	(14,5%)	(33,8%)
Variação cambial líquida	(10.237)	(6,9%)	19.042	13,8%	(153,8%)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	71.182	47,8%	89.995	65,1%	(20,9%)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(27.254)	(18,3%)	(21.021)	(15,2%)	29,7%
Diferido	3.888	2,6%	(9.379)	(6,8%)	(141,5%)
Lucro Líquido do Período	47.816	32,1%	59.595	43,1%	(19,8%)

Receita operacional líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia cresceu 7,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este crescimento está relacionado diretamente à disponibilidade do recurso eólico, de natureza sazonal e variável, que foi mais disponível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício social anterior, levando a uma menor produção e, consequentemente, menor receita líquida no período.

Custos dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o custo dos serviços prestados pela Companhia cresceu 7,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este crescimento decorreu da atualização do valor dos contratos, com base na inflação. Ademais alguns dos serviços prestados, assim como os custos a eles atrelados, estão vinculados à quantidade de energia produzida. Dessa forma, a variação dos custos de serviços é, em parte, resultante da maior produção de energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto da Companhia cresceu 7,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este crescimento reflete o aumento da receita líquida e aumento do custo dos serviços prestados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 3,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este aumento decorreu de gastos variáveis que foram maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tais como despesas com vigilância e honorários profissionais. O aumento decorre, também, da atualização do valor de contratos com base na inflação.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia cresceu 7,6% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este crescimento decorreu da variação positiva entre o aumento da receita líquida em contrapartida ao aumento do custo de serviços prestados e despesas gerais administrativas.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas financeiras da Companhia diminuíram 29,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu da redução da rentabilidade dos fundos, onde os recursos estão aplicados em aplicações financeiras.

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas financeiras da Companhia diminuíram 33,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu da diminuição do saldo dos financiamentos junto ao BNDES e COFIDES, por conta das amortizações realizadas no valor de R$ 69.756 mil.

Variação cambial líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a variação cambial líquida da Companhia aumentou 153,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este aumento está diretamente relacionado a variação cambial o qual está exposto o financiamento contratado em euros, junto ao COFIDES.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia diminuiu 20,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu, principalmente, da diminuição da receita líquida entre os períodos analisados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia aumentou 29,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este aumento decorreu de ajustes positivos na base fiscal para cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes, da qual são eliminadas as variações cambiais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social diferido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia aumentou 141,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Este aumento decorreu do efeito da variação cambial apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Lucro Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido da Companhia diminuiu 19,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu, principalmente, do aumento da variação cambial entre os períodos analisados.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nas datas indicadas:

31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

R$ (Mil)

ATIVO

R$ mil	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Circulante	84.017	19,6%	68.895	15,9%	21,9%
Caixa e equivalentes de caixa	32.375	7,6%	31.470	7,3%	2,9%
Aplicações financeiras	27.074	6,3%	14.043	3,2%	92,8%
Contas a receber de clientes	23.921	5,6%	22.849	5,3%	4,7%
Despesas antecipadas	522	0,1%	415	0,1%	25,8%
Impostos a recuperar	114	0,0%	114	0,0%	0,0%
Créditos diversos	11	0,0%	4	0,0%	175,0%
Não Circulante	343.707	80,4%	363.929	84,1%	(5,6%)
Aplicações financeiras vinculadas	17.280	4,0%	20.547	4,7%	(15,9%)
Impostos a recuperar	4.994	1,2%	4.888	1,1%	2,2%
Outros Créditos	175	0,0%	144	0,0%	21,5%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

IRPJ e CSLL diferidos	4.632	1,1%	3.888	0,9%	19,1%
Investimentos	57	0,0%	57	0,0%	0,0%
Imobilizado	316.569	74,0%	334.405	77,3%	(5,3%)
TOTAL DO ATIVO	427.724	100,0%	432.824	100,0%	(1,2%)

31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

R$ (Mil)

PASSIVO

R$ mil	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Passivo Circulante	85.539	20,0%	90.293	20,9%	(5,3%)
Fornecedores	977	0,2%	1.015	0,2%	(3,7%)
Contas a pagar - Eletrobrás	37.311	8,7%	22.512	5,2%	65,7%
Financiamentos	42.274	9,9%	59.117	13,7%	(28,5%)
Impostos a recolher	977	0,2%	1.731	0,4%	(43,6%)
Provisão IRPJ e CSLL	913	0,2%	2.714	0,6%	(66,4%)
Partes relacionadas	2.419	0,6%	2.558	0,6%	(5,4%)
Outras obrigações	668	0,2%	646	0,1%	3,4%
Passivo Não Circulante	170.235	39,8%	170.360	39,4%	(0,1%)
Financiamentos	45.285	10,6%	80.677	18,6%	(43,9%)
Dividendos a pagar	124.950	29,2%	89.683	20,7%	39,3%
Total do passivo circulante e não circulante	255.774	59,8%	260.653	60,2%	(1,9%)
Patrimônio líquido	171.950	40,2%	172.171	39,8%	(0,1%)
Capital social	140.964	33,0%	140.964	32,6%	0,0%
Reservas de lucros	30.986	7,2%	31.207	7,2%	(0,7%)
TOTAL DO PASSIVO	427.724	100%	432.824	100%	(1,2%)

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$84,0 milhões, em comparação com R$68,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 19,6% em 31 de dezembro de 2018 e 15,9% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento decorreu do acúmulo de caixa,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, como consequência da capacidade de geração de caixa da Companhia.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R$343,7 milhões, em comparação com R$363,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 80,4% em 31 de dezembro de 2018 e 84,1% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu de realização de depreciação e amortização do ativo imobilizado.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$85,5 milhões, em comparação com R$90,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,0% em 31 de dezembro de 2018 e 20,9% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu da amortização de financiamentos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R$170,2 milhões, em comparação com R$170,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 39,8% em 31 de dezembro de 2018 e 39,4% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu em função da amortização de financiamentos e do aumento do saldo de dividendos a pagar.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R$171,9 milhões, em comparação com R$172,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorreu de redução dos lucros acumulados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais consolidados da Companhia nas datas indicadas:

31 de dezembro de 2017 x 31 de dezembro de 2016

R$ (Mil)

ATIVO

R$ mil	2017	AV%	2016	AV%	AH%
Circulante	68.895	15,9%	49.842	11,6%	38,2%
Caixa e equivalentes de caixa	31.470	7,3%	32.315	7,5%	(2,6%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aplicações financeiras	14.043	3,2%	-	-	-
Contas a receber de clientes	22.849	5,3%	15.369	3,6%	48,7%
Despesas antecipadas	415	0,1%	503	0,1%	(17,5%)
Impostos a recuperar	114	0,0%	1.544	0,4%	(92,6%)
Créditos diversos	4	0,0%	111	0,0%	(96,4%)
Não Circulante	363.929	84,1%	380.688	88,4%	(4,4%)
Aplicações financeiras vinculadas	20.547	4,7%	18.631	4,3%	10,3%
Impostos a recuperar	4.888	1,1%	10.059	2,3%	(51,4%)
Outros Créditos	144	0,0%	112	0,0%	28,6%
IRPJ e CSLL diferidos	3.888	0,9%	-	-	-
Investimentos	57	0,0%	53	0,0%	7,5%
Imobilizado	334.405	77,3%	351.833	81,7%	(5,0%)
TOTAL DO ATIVO	432.824	100,0%	430.530	100,0%	0,5%

31 de dezembro de 2017 x 31 de dezembro de 2016

R$ (Mil)

PASSIVO

R$ mil	2017	AV%	2016	AV%	AH%
Passivo Circulante	90.293	20,9%	87.013	20,2%	3,8%
Fornecedores	1.015	0,2%	1.235	0,3%	(17,8%)
Contas a pagar - Eletrobrás	22.512	5,2%	23.194	5,4%	(2,9%)
Financiamentos	59.117	13,7%	57.192	13,3%	3,4%
Impostos a recolher	1.731	0,4%	572	0,1%	202,6%
Provisão IRPJ e CSLL	2.714	0,6%	2.069	0,5%	31,2%
Partes relacionadas	2.558	0,6%	2.138	0,5%	19,6%
Outras obrigações	646	0,1%	613	0,1%	5,4%
Passivo Não Circulante	170.360	39,4%	168.142	39,1%	1,3%
Financiamentos	80.677	18,6%	129.292	30,0%	(37,6%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos a pagar	89.683	20,7%	38.850	9,0%	130,8%
Total do passivo circulante e não circulante	260.653	60,2%	255.155	59,3%	2,2%
Patrimônio líquido	172.171	39,8%	175.375	40,7%	(1,8%)
Capital social	140.964	32,6%	140.964	32,7%	0,0%
Reservas de lucros	31.207	7,2%	34.411	8,0%	(9,3%)
TOTAL DO PASSIVO	432.824	100%	430.530	100%	0,5%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R$68,9 milhões, em comparação com R$49,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 15,9% em 31 de dezembro de 2017e 11,6% em 31 de dezembro de 2016. Este crescimento decorreu do acúmulo de caixa, nas contas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como consequência da capacidade de geração de caixa da Companhia.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R$363,9 milhões, em comparação com R$380,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 84,1% em 31 de dezembro de 2017 e 88,4% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu da depreciação e amortização do ativo imobilizado.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R$90.293 milhões, em comparação com R$87.013 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,9% em 31 de dezembro de 2017e 20,2% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu da amortização de financiamentos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R$170,4 milhões, em comparação com R$168,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 39,4% em 31 de dezembro de 2017 e 39,1% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento decorreu do aumento do saldo de dividendos a pagar.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R$172,2 milhões, em comparação com R$175,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta redução decorreu da diminuição dos lucros acumulados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	**42.841**	**47.816**	**(10,4%)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas **atividades operacionais:**			
Imposto de renda e Contribuição social	23.267	23.366	(0,4%)
Variações monetárias e cambiais	9.852	10.237	(3,8%)
Crédito de Pis e Cofins e depreciação acelerada	(4.556)	(4.396)	3,6%
Juros sobre a dívida	7.836	12.829	(38,9%)
Despesas (Receitas) Financeiras	83	(129)	(164,3%)
Depreciação e amortização	19.380	19.379	0,0%
	98.703	**109.102**	**(9,5%)**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações financeiras	(13.031)	(14.043)	(7,2%)
Contas a receber de clientes	(1.072)	(7.480)	(85,7%)
Créditos diversos	(38)	75	(150,7%)
Impostos a recuperar	(106)	1.103	(109,6%)
Despesas antecipadas	(107)	88	(221,6%)
Fornecedores	(38)	(220)	(82,7%)
Contas a pagar - Eletrobras	14.799	(682)	(2.269,9%)
Impostos a recolher	(2.382)	5.360	(144,4%)
Partes Relacionadas	(139)	420	(133,1%)
Outras obrigações	22	33	(33,3%)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**96.611**	**93.756**	**3,0%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.148)	(22.225)	(4,8%)
Pagamento de juros	(10.749)	(14.164)	(24,1%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**64.714**	**57.367**	**12,8%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	(107)	(518)	(79,3%)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	**(107)**	**(518)**	**(79,3%)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos	(59.174)	(55.592)	6,4%
Pagamento de dividendos	(7.795)	(186)	4.090,9%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aplicações financeiras vinculadas	3.267	(1.916)	(270,5%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(63.702)**	**(57.694)**	**10,4%**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**905**	**(845)**	**(207,1%)**
Demonstração do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.470	32.315	(2,6%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.375	31.470	2,9%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia cresceu 3,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, evoluindo de R$ 93.756 mil em 2017 para R$ 96.611 mil em 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia cresceu 10,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, evoluindo de R$ 57.694 mil em 2017 para R$ 63.702 mil em 2018.

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o aumento de caixa e Equivalentes de caixa da Companhia foi de R$ 905 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2017 a redução foi de R$ 845 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
31 de dezembro de 2017 x 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	**47.816**	**59.595**	**(19,8%)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas **atividades operacionais:**			
Imposto de renda e Contribuição social	23.366	30.400	(23,1%)
Variações monetárias e cambiais	10.237	(19.042)	(153,8%)
Crédito de Pis e Cofins e depreciação acelerada	(4.396)	(4.580)	(4,0%)
Juros sobre a dívida	12.829	18.710	(31,4%)
Despesas (Receitas) Financeiras	(129)	180	(171,7%)
Depreciação e amortização	19.379	19.310	0,4%
	109.102	**104.573**	**4,3%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações financeiras	(14.043)	-	-
Contas a receber de clientes	(7.480)	(238)	3.042,9%
Créditos diversos	75	(152)	(149,3%)
Impostos a recuperar	1.103	6.661	(83,4%)
Despesas antecipadas	88	(2)	(4.500,0%)
Fornecedores	(220)	(845)	(74,0%)
Provisões	-	(1.372)	(100,0%)
Contas a pagar - Eletrobras	(682)	(19.838)	(96,6%)
Impostos a recolher	5.360	19	28.110,5%
Partes Relacionadas	420	218	92,7%
Outras obrigações	33	118	(72,0%)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**93.756**	**89.142**	**5,2%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22.225)	(17.726)	25,4%
Pagamento de juros	(14.164)	(16.935)	(16,4%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**57.367**	**54.481**	**5,3%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	(518)	(677)	(23,5%)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	**(518)**	**(677)**	**(23,5%)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos	(55.592)	(56.606)	(1,8%)
Pagamento de dividendos	(186)	(12.030)	(98,5%)
Aplicações financeiras vinculadas	(1.916)	785	(344,1%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(57.694)**	**(67.851)**	**(15,0%)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(845)**	**(14.047)**	**(94,0%)**
Demonstração do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.315	46.362	(30,3%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31.470	32.315	(2,6%)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia cresceu 5,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, evoluindo de R$ 89.142 mil em 2016 para R$ 93.756 mil em 2017.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia reduziu 15,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, passando de R$ 67.851 mil em 2016 para R$ 57.694 mil em 2017.

Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a redução de caixa e Equivalentes de caixa da Companhia foi de R$ 845 mil, e em 31 de dezembro de 2016 a redução foi de R$ 14.047 mil. Um dos fatores que contribuiu para a maior redução de caixa e equivalentes de caixa em 2016 foi o maior pagamento de dividendos que importou em R$ 12.030 mil, enquanto que em 2017 foi de R$ 186 mil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta, integralmente, pela comercialização da energia elétrica gerada nos Parques Eólicos. A quantidade de energia gerada e, portanto, comercializada, depende das condições climáticas da região em que estão localizados os parques eólicos.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Sendo toda a receita operacional procedente da geração eólica, o principal fator que afeta aos resultados operacionais procede do recurso eólico, assim como da disponibilidade das máquinas e equipamentos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos 3 exercícios sociais

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 exercícios sociais

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usais nas atividades desenvolvidas pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2019

A Companhia adotou o CPC 06/IRFS 16 Arrendamentos e o ICPC 22/IFRIC 23 Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro a partir de 1 de janeiro de 2019. E demais normas que também se tornaram efetivas, mas sem efeito material nas informações contábeis.

Com relação ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companha analisou e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) / IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos previamente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.
A nova norma introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.
A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.
Como resultado da aplicação inicial da IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

2018

As demonstrações financeiras de 2018 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2018, sendo os mais relevantes o IFRS 9 Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros Aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 9 / CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (I) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (II) mensurados pelo custo amortizado e; (III) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.
Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv)alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

2017

As demonstrações financeiras de 2017 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2017, sendo o mais relevante o IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo levar as entidades a fornecerem divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.
A aplicação das alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 2016, a Companhia preparou a demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010 e não gerou impacto nas demonstrações financeiras.

2016
As demonstrações financeiras de 2016 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas práticas contábeis em 2019 e 2018 e seus efeitos estão divulgadas no item 10.4. Não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, no exercício social de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

O relatório dos auditores independentes apresentou ênfase relacionada a "reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018", em função da alteração das demonstrações financeiras para refletir divulgações adicionais requeridas para empresas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para negociação de valores mobiliários na categoria B. bem como pelos ajustes no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos no balanço e sua base fiscal.

Os diretores, em conformidade com a ênfase apresentada no relatório de revisão dos Auditores Independentes revisaram e reapresentaram as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. Desta forma, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de março de 2019 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de março de 2019 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente a 31 de março de 2019 e aos três últimos exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente a 31 de março de 2019 e aos três últimos exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente a 31 de março de 2019 e aos três últimos exercícios sociais.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Não há investimentos em andamento e/ou investimentos previstos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos da Companhia é, majoritariamente, a a própria geração de caixa operacional da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou desinvestimentos relevantes nos três últimos exercícios sociais, nem possui nenhum desinvestimento previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições que afetaram a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há novos produtos e serviços em desenvolvimento.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Premissas da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(d) Objeto e valores da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, que inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos. O Conselho de Administração não dispõe de regimento interno próprio.

Responsabilidades do Conselho de Administração: além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto social, é responsabilidade do Conselho de Administração:

I. eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como estabelecer sua remuneração, respeitando os limites definidos pela Assembleia Geral;

II. deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre a definição das áreas de atuação dos demais Diretores;

III. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

V. convocar a Assembleia Geral, nos termos do §1º do artigo 6º deste Estatuto Social;

VI. manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;

VII. escolher e destituir os auditores independentes;

VIII. autorizar prévia e expressamente a alienação, a oneração ou o arrendamento a longo prazo de bens do ativo permanente da Companhia;

IX. autorizar a modificação de contratos de EPC, de Gestão e de O&M identificados no Acordo de Acionistas, bem como outros contratos envolvendo partes relacionadas, que acarretem um acréscimo superior a 10% do valor originalmente contratado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

X. autorizar previa e expressamente todo e qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores;

XI. autorizar operações financeiras ativas e passivas;

XII. autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;

XIII. estabelecer política de distribuição de dividendos;

XIV. pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;

XV. deliberar sobre a constituição de subsidiárias ou a participação da Companhia em outras entidades;

XVI. avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, podendo as debêntures ser de qualquer espécie, inclusive com ou sem garantias reais e/ou fidejussórias;

XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XIX. exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo presente Estatuto e pelo Acordo de Acionistas; e

XX. resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Diretoria

A Diretoria é composta de 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias; sendo permitida a reeleição e destituição. A eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, salvo em casos de vacância. A diretoria não dispõe de regulamento próprio.

Responsabilidades da Diretoria: A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as competências dos demais órgãos societários. Além das responsabilidades atribuídas pela Lei das Sociedades por Ações, compete à Diretoria, por força do Estatuto Social, na condição de órgão Colegiado:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

I. aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual e o orçamento de capital;

III. deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não dispõe de comitê de auditoria estatutário.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marco Antonio Morales Garrido	02/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	28/06/2019	3 anos	8
841.756.210-91	Engenheiro	19 - Outros Diretores	28/06/2019	Sim	0.00%
		N/A			
Elena Díaz Pindado	28/02/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	3
705.222.751-76	Engenheira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
NA					
Óscar Martín Pacios	10/01/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	2
705.222.151-90	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
NA					
Hans-Dieter Kettwig	23/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	2
071.742.031-08	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	0.00%
Jorge Paglioli Jobim	22/11/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	0
398.167.610-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
José Castellanos Ybarra	21/07/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	1
057.682.497-61	Economista	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/04/2018	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
O Sr. Ybarra foi eleito para o cargo de Diretor-Presidente em 28/06/2019, tendo tomado posse na mesma data. O mandato do Sr. Ybarra para o cargo é de três anos, sendo este seu segundo mandato consecutivo. Seu percentual de participação em Reuniões da Diretoria da Companhia é de 100%					
Felipe Ostermayer	25/11/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	2
405.281.110-00	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	27/04/2018	Sim	100.00%
O Sr. Ostermayer foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores em 28/06/2019, data em que também tomou posse. O mandato do Sr. Ostermayer para o cargo é de três anos, sendo este seu segundo mandato consecutivo. Seu percentual de participação em Reuniões da Diretoria da Companhia é de 100%					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marco Antonio Morales Garrido - 841.756.210-91

O Sr. Garrido é formado em engenharia de caminhos, canais e portos pela Universidad Politécnica de Madrid e, atualmente, cursa Administração e direção de empresas no UNED Centro Associado Madrid. O Sr. Garrido entrou no Grupo Elecnor em 2001 no departamento técnico de Enerfín S.A, passando em 2002 para o departamento de promoção e desenvolvimento. Em 2003 assumiu o cargo de Supervisão de Construções em Enerfín Sociedad de Energia S.A. Tornou-se Diretor da Companhia em 2005, cargo que ocupou até 2008. Em 2009, assumiu o cargo de Gerente de desenvolvimento de negócios na América Latina e Diretor de Filiais no Brasil na Elecnor Renovables – Enerfin.

Elena Díaz Pindado - 705.222.751-76

A Sra. Pindado é formada em Engenharia Elétrica pela UPM (Universidad Politécnica de Madrid) e completou um General Management Program na IESE Business School, além de ter cursado cursos avançados em administração no setor de energia. Entrou no Grupo Elecnor em 1997, responsável pela área de energia eólica então recentemente criada. Em seguida à criação da Enerfín, subsidiária da Elecnor, A Sra. Pindado tornou-se administradora do departamento de desenvolvimento, participando no desenvolvimento e financiamento do início das atividades da Enerfín. Em 2010, foi apontada como Diretora de Operações da Enerfín, supervisionando as atividades da Enerfín, incluindo o desenvolvimento e supervisão das construções e operações.

Óscar Martín Pacios - 705.222.151-90

O Sr. Pacios é formado em administração de empresas pela Universidade de Oviedo e pós-graduação pela University of Wisconsin Eau-Claire. O Sr. Pacios é membro do Instituto Espanhol de Análise Financeira. Entrou na Enerfin em 2003 como administrador das finanças do Grupo Elecnor, responsável pelas demonstrações financeiras e controle tributário e de fluxo de caixa de mais de 45 subsidiárias do Grupo Elecnor. O Sr. Pacios é atualmente o diretor financeiro do Grupo Elecnor.

Hans-Dieter Kettwig - 071.742.031-08

O Sr. Kettwig se formou na Universidade de Ciências Aplicadas de Emdem, onde obteve, também seu diploma de MBA (Diplom-Kaufmann). Em 1988 o Sr. Kettwig entrou para a Enercon, responsável pelos assuntos comerciais. Desde 1997, o Sr. Kettwig é o Diretor Presidente de Enercon Gmbh e outras subsidiárias do Grupo Elecnor.

Jorge Paglioli Jobim - 398.167.610-68

O Sr. Jobim é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No período de 2012 a 2016 atuou como Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia. Em 2016 passou a atuar na Eletrobrás, mesmo ano em que assumiu o cargo de Diretor de Geração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica da CEEE-GT do Rio Grande do Sul, que ocupou até 2018. Desde 2016 é Diretor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e, desde 2018, é Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT. Ademais, é membro de Conselho de Administração nas seguintes companhias: Foz do Chapecó Energia S.A.; Chapecoense Geração S.A.; Ventos de Vera Cruz S.A.; Ventos de Curupira S.A.; Ventos de Povo Novo S.A.; Ventos dos Índios Energia S.A.; Ventos do Litoral Energia S.A.; Ventos da Lagoa Energia S.A.; Parques Eólicos Palmares S.A.; TESB – Transmissora de Energia Sul Brasil S.A; ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Consórcio Machadinho. É membro do Conselho Diretor e da Assembleia Geral da ABRATE - Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica; e nas Reuniões Plenárias e Assembleias Gerais da ABRAGE Associação Brasileira das Empresas de Geração de Energia Elétrica e membro do Conselho Deliberativo do CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.

José Castellanos Ybarra - 057.682.497-61

O Sr. Ybarra é formado em administração de empresas pela Universidade do País Basco e, em 2008 completou um Senior Management Program na IESE Business School. O Sr. Ybarra integra o departamento de comércio internacional do Grupo Elecnor desde 1990. Ao longo de sua carreira no Grupo Elecnor o Sr. Ybarra foi responsável pelas atividades comerciais do Grupo Elecnor em diversas localidades (África, Filipinas, Vietnam, Turquia, etc). Em 2000, foi apontado como Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração como representante da Elecnor nas companhias Brasileiras do Grupo Elecnor para administrar concessões de sistemas de transmissão de energia, cujos investimentos totalizavam mais de R$3 bilhões. Também participou do desenvolvimento e financiamento dos primeiros parques eólicos do Grupo Elecnor no Brasil. Em 2009, o Sr. Ybarra foi indicado como membro do Conselho de Administração responsável pelo Desenvolvimento de Projetos, sendo responsável pelo desenvolvimento fora da Espanha da geração de energia solar e transporte de energia para o Grupo Elecnor. Em janeiro de 2015, o Sr. Ybarra passou para a Enerfín, subsidiária do Grupo Elecnor responsável por energia eólica como membro do Conselho de Administração responsável para desenvolvimento do grupo. O Sr. Ybarra foi apontado como Diretor Presidente da Enerfín em janeiro de 2017. O Sr. Ybarra representa o Grupo Elecnor no Conselho de Administração de outras companhias do Grupo Elecnor na Espanha, Austrália, Brasil, Chile, Peru e Estados Unidos. O Sr. Ybarra não ocupa cargos em outras sociedades fora do Grupo Elecnor ou organizações do terceiro setor.

Felipe Ostermayer - 405.281.110-00

O Sr. Ostermayer é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui Mestrado em Engenharia Ambiental também pela UFRGS. Ingressou na Enerfín do Brasil em dezembro de 2008 no cargo de Gerente. Desde março de 2018, ocupa a posição de Diretor da empresa no Brasil, sendo o responsável pelas operações eólicas do Grupo Elecnor no país. O Sr. Ostermayer é também membro do Conselho de Administração, além da Companhia, de Parques Eólicos Palmares S/A; Ventos da Lagoa Energia S/A, Ventos do Litoral Energia S/A; Ventos dos Índios Energia S/A; Ventos de São Fernando I Energia S/A; Ventos de São Fernando II Energia S/A; e Ventos de São Fernando III Energia S/A.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marco Antonio Morales Garrido - 841.756.210-91	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
Elena Díaz Pindado - 705.222.751-76	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
Óscar Martín Pacios - 705.222.151-90	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
Hans-Dieter Kettwig - 071.742.031-08	

N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
Jorge Paglioli Jobim - 398.167.610-68	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
José Castellanos Ybarra - 057.682.497-61	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
Felipe Ostermayer - 405.281.110-00	
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui atualmente comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Item facultativo para emissor registrado na categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	22/01/2016	100%	NÃO
AGO	29/04/2016	100%	NÃO
AGE	31/01/2017	100%	NÃO
AGO	24/04/2017	100%	NÃO
AGE	19/03/2018	100%	NÃO
AGO	27/04/2018	100%	NÃO
AGO	29/04/2019	100%	NÃO
AGE	28/06/2019	100%	NÃO

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração aos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não foi reconhecida nenhuma remuneração nos resultados da Companhia relativa a membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos nossos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 13.16.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 14.5.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT					
92.715.812/0001-31	Brasileiro	Sim	Não	15/12/2014	
Não					
14.096.400	10,000%	0	0,000%	14.096.400	10,000%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.					
01.027.335/0001-66	Brasileira	Sim	Não	29/01/2015	
Não					
14.096.400	10,000%	0	0,000%	14.096.400	10,000%
Rio Sul 1 Energia Ltda.					
23.829.833/0001-65	Brasileira	Sim	Sim	20/07/2016	
Não					
112.771.200	80,000%	0	0,000%	112.771.200	80,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
140.964.000	100,000%	0	0,000%	140.964.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rio Sul 1 Energia Ltda.				**23.829.833/0001-65**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enerfín Enervento Exterior, S.L.U.					
16.885.705/0001-73	Espanhola	Não	Sim	20/07/2016	
Sim	José Castellanos Ybarra		Fisica	057.682.497-61	
516.316.824	100,000	0	0,000	516.316.824	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
516.316.824	100,000	0	0,000	516.316.824	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT				92.715.812/0001-31	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000
TOTAL					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.				01.027.335/0001-66	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000
TOTAL					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Enerfín Enervento Exterior, S.L.U.				**16.885.705/0001-73**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.					
07.694.361/0001-24	Espanhola	Não	Sim	23/04/2019	
Sim	José Castellanos Ybarra		Fisica	057.682.497-61	
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.				**07.694.361/0001-24**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Elecnor S.A.					
05.666.350/0001-05	Espanhola	Não	Sim	08/03/2018	
Sim	Rafael Martín Bustamante		Fisica		
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Elecnor S.A.				**05.666.350/0001-05**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cantiles XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	17/07/2000	
Sim		N/A	Juridica		
45.900.000	57,760	0	0,000	45.900.000	57,760
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
33.566.759	42,240	0	0,000	33.566.759	42,240
TOTAL					
79.466.759	100,000	0	0,000	79.466.759	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cantiles XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Aluga, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.535.389	11,770	0	0,000	4.535.389	11,770
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Juver XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
5.174.807	13,430	0	0,000	5.174.807	13,430
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Onchena S.A.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.214.847	10,940	0	0,000	4.214.847	10,940
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cantiles XXI, S.L.					
OUTROS					
24.601.894	63,860	0	0,000	24.601.894	63,860
TOTAL					
38.526.937	100,000	0	0,000	38.526.937	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Aluga, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000
TOTAL					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Juver XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000
TOTAL					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Onchena S.A.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000
TOTAL					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000

15.3 - Distribuição de capital

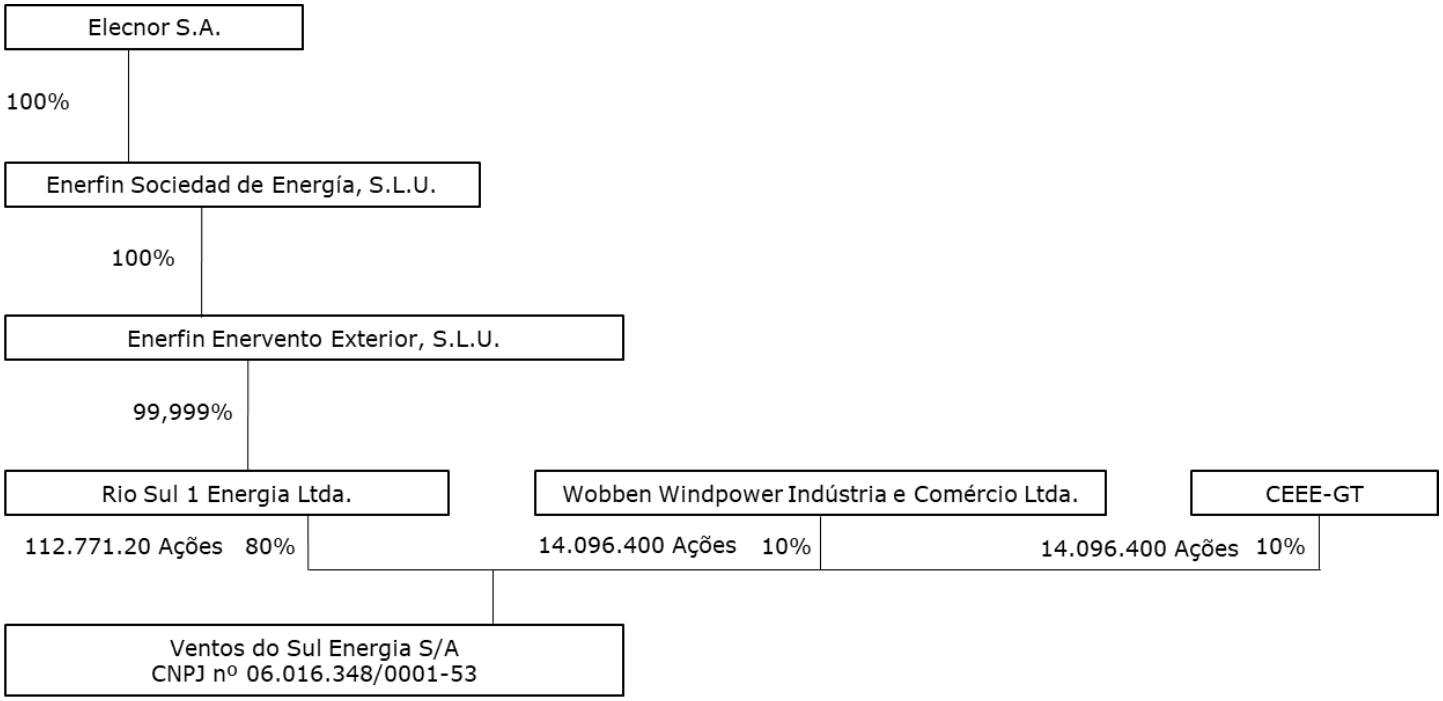
Data da última assembleia / Data da última alteração	17/12/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Alteração do acionista controlador da Companhia, corrida em 20/07/2016
b) principais condições do negócio	Aumento de capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda. pela Enerfín Enervento Exterior, S.L.U com integralização de bens (ações da Companhia)
c) sociedades envolvidas	Enerfín Enervento Exterior, S.L.U e Rio Sul 1 Energia Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Rio Sul 1 Energia Ltda. passou a ser a acionista controladora da Companhia, detentora de 80% das ações de emissão da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A
e) quadro societário antes e depois da operação	Antes: Enerfín Enervento Exterior, S.L.U 80%; Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda 10%; CEEE-GT 10%; Depois: Rio Sul 1 Energia Ltda 80%; Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda 10%; CEEE-GT 10%

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	31/12/2018	20.012.311,50	1.595.556,32	100%Não aplicável	08 anos, a partir de abr/19.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Operação e Manutenção						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de operação e manutenção dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Elecnor do Brasil Ltda	31/12/2018	1.347.385,09	98.851,66	100	Contrato mensal, por tempo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Operação e Manutenção						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de operação e manutenção dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Enerfin do Brasil Ltda	31/12/2018	8.423.768,44	724.703,22	100%	Contrato mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Gestão						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de gestão para operação dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades

A administração considera em todas as transações com partes relacionadas a observância do melhor interesse da Companhia, sempre em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e levando em conta como critério para a celebração do contrato os preços, prazos, capacitação técnica e encargos financeiros aplicáveis.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os contratos firmados entre as partes relacionadas objetivam a prestação de serviços necessários à operação dos parques, e estão alinhados com o objeto individual das respectivas partes relacionadas, adequados as práticas comerciais de mercado e celebrados no melhor interesse da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16.
celebrados no melhor interesse da Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
05/06/2008	140.964.000,00	Totalmente integralizado	140.964.000	0	140.964.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
05/06/2008	140.964.000,00	Totalmente integralizado	140.964.000	0	140.964.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
05/06/2008	140.964.000,00		140.964.000	0	140.964.000

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b"
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b"
Outras características relevantes	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b"

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B"

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que Companhia não emitiu valores mobiliários no Brasil até o momento, exceto pelas ações ordinárias representativas do seu capital social.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que Companhia não emitiu valores mobiliários no Brasil até o momento, exceto pelas ações ordinárias representativas do seu capital social.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, tendo em vista que Companhia não emitiu valores mobiliários no Brasil até o momento, exceto pelas ações ordinárias representativas do seu capital social.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação atualmente.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação atualmente.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve realização de ofertas públicas efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia desde sua constituição.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

18.12 - Outras infomações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 18

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.